

SÍTIOS HISTÓRICOS INDUSTRIAIS: POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO E INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO

Manoela Rossinetti Rufinoni

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo
rufinoni@unifesp.br

Resumo

O artigo analisa alguns modelos de intervenção em sítios históricos de origem industrial, evidenciando as potencialidades e limites operativos de determinados instrumentos de projeto e de planejamento urbano. A partir de uma breve análise de cinco projetos, discutimos as prioridades de cada intervenção, a metodologia aplicada, os resultados obtidos e o grau de integração entre projeto arquitetônico, projeto de restauro e planejamento urbano. Foram selecionados casos de estudo na Itália (Projeto Urbano Ostiense Marconi, em Roma, e Parque Urbano de Bagnoli, em Nápoles); na Alemanha (Emscher Park, no Vale do Ruhr); nos Estados Unidos (Projeto High Line, Nova Iorque) e Brasil (Operação Urbana Diagonal Sul, São Paulo). A partir deste breve diagnóstico, intentamos refletir sobre as questões envolvidas no tratamento do patrimônio de origem industrial na escala urbana.

Palavras-chave: patrimônio industrial, intervenção urbana, planejamento urbano,

Introdução

A grande extensão das áreas ocupadas por antigas indústrias representa um dos principais desafios a serem enfrentados pelos projetos de adaptação para novos usos e pelas iniciativas de tutela e preservação. Diversos complexos industriais obsoletos que adquiriram representatividade cultural em tempos recentes – como conjuntos fabris, estruturas portuárias, complexos ferroviários etc.¹ –, ocupam extensas parcelas urbanas e representam uma significativa reserva de terreno subutilizado, muitas vezes situado em áreas estratégicas de grandes cidades. O fato, portanto, desperta a atenção tanto da iniciativa privada, interessada em implementar novos empreendimentos nessas áreas; quanto da administração pública, com o intuito de promover projetos de revitalização em grande escala. A situação tem sido observada em diferentes localidades que assistiram a processos semelhantes de desconcentração industrial, alteração de parâmetros logísticos e produtivos ou obsolescência de determinados processos industriais.

A necessidade de intervir e reinserir antigos sítios industriais na dinâmica urbana atual, contudo, geralmente impulsiona projetos pautados por prioridades alheias à

¹ A partir da década de 1960, diversos pesquisadores, principalmente historiadores e arqueólogos, voltaram-se ao estudo desse patrimônio e procuraram discutir métodos e critérios para a sua salvaguarda. Para aprofundamentos, consultar: BUCHANAN, 1974; KÜHL, 1998; KÜHL, 2009.

valorização das estruturas preexistentes. Nesse processo, remanescentes industriais de possível interesse para preservação são rapidamente demolidos para ceder espaço aos novos projetos.

Cabe ressaltar que os estudos voltados à valorização e tutela de remanescentes industriais – debate teórico que remonta à década de 1960 –, buscaram evidenciar a importância desse patrimônio com base em diferentes eixos de investigação: seja como recurso educacional, como subsídio aos estudos de história da técnica, dos processos produtivos ou equipamentos, ou ainda como artefatos que permitem novas perspectivas de análises e releituras históricas sobre o processo de industrialização e as transformações sociais, espaciais, políticas e econômicas dele derivadas. O tratamento urbanístico de antigos sítios industriais, portanto, é ação que pressupõe o reconhecimento dessas diversas categorias de análise, bem como as especificidades materiais e imateriais das arquiteturas e espaços preexistentes. A escala urbana, a associação entre edifícios fabris e o entorno imediato, as relações entre produção e sistemas de transporte e energia, ou entre produção e comunidades locais etc. são elementos que devem ser avaliados e considerados pelas políticas de preservação e pelos instrumentos de intervenção a serem adotados em cada caso. Atuar em áreas dessa natureza, portanto, é ação que demanda um grande esforço interpretativo e um criterioso processo projetual.

A questão comporta grandes desafios teóricos e práticos. Ao atuar em áreas industriais desativadas, os instrumentos de intervenção adotados geralmente priorizam aspectos funcionais: busca-se verificar qual o potencial que os edifícios possuem para abrigar novos usos ou quais as possibilidades para nova ocupação após a demolição. São recorrentes as intervenções pautadas pela inserção de projetos “âncora” – grandes obras, geralmente confiadas a arquitetos de renome que objetivam impulsionar a valorização da região, induzir novos projetos ou promover o turismo –, ou ainda projetos urbanos baseados no reloteamento para novos usos. Análises atentas sobre a significação histórica e estética desses bens, ou sobre a representatividade dos espaços da indústria na conformação de particulares dinâmicas de sociabilidade e convivência, aspectos associados aos espaços da memória na cidade, são temas facilmente negligenciados nesse processo.

Com o objetivo de discutir as questões acima enunciadas, comentaremos brevemente cinco projetos voltados à revitalização de áreas industriais desativadas, nas cidades

de Roma e Nápoles (Itália), no Vale do Ruhr (Alemanha), em Nova Iorque (Estados Unidos) e em São Paulo (Brasil). A partir deste breve panorama, buscaremos evidenciar as estratégias operacionais, procedimentos jurídicos e recursos projetuais adotados em cada caso. O intuito é abrir caminho para a reflexão sobre as complexas questões envolvidas na atuação sobre zonas industriais que adquiriram significação cultural, lançando luzes sobre os nós teórico-operacionais a serem depurados na busca por projetos atentos e responsáveis com relação aos bens a serem tutelados.

Casos de estudo selecionados

O Projeto Urbano Ostiense-Marconi, em Roma, Itália, consiste num amplo programa de intervenções voltadas à requalificação de um perímetro que abarca dois bairros separados pelo rio Tibre². O bairro Ostiense reúne vários sítios industriais e significativas instalações destinadas à produção, coleta e distribuição de serviços, hoje desativados, como o Gasômetro, os Mercados Gerais, o Matadouro, a Central Elétrica e outras importantes instalações fabris³.

O tratamento dos diversos sítios e edifícios industriais desocupados existentes nessa região integra as políticas de renovação urbana previstas pelo último plano diretor de Roma. No âmbito do projeto Ostiense-Marconi, o plano diretor propõe a realização de melhorias na escala urbana (obras viárias, construção de novas pontes para integrar ambos os bairros etc.), e também uma série de intervenções pontuais de recuperação de edifícios industriais ou demolição e reconstrução com o intuito de induzir a requalificação local. Alguns projetos já foram executados, como a instalação da Faculdade de Direito da Universidade de Roma Três na antiga Vidraria Bordoni, da Faculdade de Arquitetura em parte do antigo Matadouro⁴ e a instalação de um museu na Central Elétrica Montemartini⁵.

² Para aprofundamentos sobre o Projeto Urbano Ostiense-Marconi e projetos complementares, consultar RUFINONI, 2009: 214-231.

³ Para um panorama histórico sobre o desenvolvimento industrial da área Ostiense e dados sobre os principais edifícios da área, consultar: NERI, 2000, p.83-141; CANCIANI, 2004.

⁴ A publicação: *Fabbriche della conoscenza: Roma Tre nel territorio e nella riqualificazione dell'area Ostiense*, reúne informações gerais sobre a adaptação de alguns edifícios industriais da área Ostiense para novos usos voltados à Universidade de Roma Três.

⁵ Sobre o projeto de revitalização da Central Elétrica, ver: ROMEO, 2001:89-98 e STORELLI, 2001:55-66.

Esses projetos têm sido propostos e executados em etapas. Dada a grande extensão da área do projeto urbano, a requalificação da região tem sido buscada a partir de intervenções pontuais, de projetos de readaptação de edifícios ou sítios industriais isolados, com o intuito de promover, gradualmente, a valorização da área. A transformação desses setores industriais desativados está prevista em plano diretor, mas não há diretrizes claras com relação à coadunação entre a preservação e as necessárias transformações urbanas.

Tem sido adotado o procedimento de planejamento denominado *planning by doing*, metodologia predominante na redação do novo plano diretor de Roma e bastante criticada por estudiosos do urbanismo. Tal metodologia pressupõe que o plano diretor é “um plano que se faz operando”, ou seja, que se resolve ao longo do processo de implantação das propostas pontuais, método considerado por Archibugi (2005) como um “não-método”, já que alimenta a prática empírica e enfraquece a estratégia propositiva e operacional, elementos básicos de um planejamento. Nesse modo de intervir, as obras isoladas podem até apresentar bons resultados, mas não necessariamente se articulam com o contexto no qual se inserem⁶. Dessa forma, essas soluções pontuais, buscadas conforme a disponibilidade de recursos e desarticuladas entre si, podem representar um perigoso caminho no tratamento desse patrimônio e gerar, inclusive, o caráter de *puzzle*, já observado por estudiosos⁷.

Dentre as obras previstas pelo projeto urbano Ostiense-Marconi, a análise do projeto de reutilização dos Mercados Gerais de Roma evidencia alguns dos principais problemas interpretativos e metodológicos associados à prática de intervenção em áreas industriais.

O complexo dos Mercados Gerais de Roma foi construído pela administração municipal entre 1910 e 1926, na via Ostiense, e ocupa uma área de aproximadamente

⁶ No bairro Ostiense, alguns projetos de adaptação de sítios industriais para novos usos apresentaram resultados interessantes, apesar do citado isolamento. É o caso da instalação do novo pólo expositivo dos Museus do Capitólio na Central Elétrica Montemartini e das obras realizadas no antigo Matadouro, projetos de intervenção que seguiram procedimentos criteriosos. Cf.: ROMEO, 2001; STORELLI, 2001; CUPELLONI, 2001.

⁷ Para Racheli (2004: 255), esse tipo de orientação do plano diretor funciona como “um mosaico de casuais tesselas localizadas naquele ‘tabuleiro de xadrez’ da cidade [...] Um incerto, desproporcionado e descontínuo *puzzle*, gerado por exigências diversas, em momentos diferentes”.

82.000m² em um quadrilátero de cerca de 280 m de lado⁸. O complexo, desativado em 2002, é composto por edifícios de grandes dimensões e de considerável relevância arquitetônica no âmbito das tipologias industriais.

Após estudos de demanda local, optou-se pela transformação dos antigos Mercados em um centro de atividades e serviços destinados aos jovens, como atividades esportivas, educacionais, culturais e de entretenimento em geral. Para construir a chamada Cidade dos Jovens, intervenção que deveria abarcar a adaptação de alguns edifícios existentes e a construção de novos, foi realizado um concurso internacional de projetos em 2004, tendo sido escolhida a proposta dos arquitetos holandeses Rem Koolhaas e Ellen Van Loon, do escritório OMA, *Office for Metropolitan Architecture*.

A realização do concurso de projetos evidencia o interesse da administração pública local de “internacionalizar” a cidade, colocando-a em confronto com outras metrópoles europeias no plano das grandes obras arquitetônicas⁹. As especificidades históricas do complexo, contudo, não têm sido valorizadas pelo novo projeto. Grandes demolições já foram realizadas e as maquetes eletrônicas apresentadas priorizam a nova arquitetura, sendo até mesmo difícil identificar “onde está o antigo”, em meio às novas estruturas grandiosas. Em linhas gerais, a proposta prevê a construção de volumes em linguagem arquitetônica marcadamente contemporânea ao lado de alguns antigos edifícios que serão adaptados para novas funções¹⁰. Serão também criados grandes espaços comerciais que funcionarão como praças públicas, o que tem determinado a destruição de grande parte do antigo complexo industrial. Interessante notar que a nova arquitetura e a adaptação dos antigos edifícios foram pensados separadamente. Dessa forma, a recuperação da “parte histórica” dos Mercados Gerais foi confiada a outros arquitetos, os romanos Bruno Moauro e Roberto Capocaccia. Metodologia de projeto que evidencia o frágil reconhecimento das particularidades responsáveis pela configuração do conjunto industrial e do próprio processo de

⁸ Sobre o projeto original dos Mercados Gerais de Roma, consultar: CAMPITELLI e TOLOMEO, 1984, p.458; MUSSO, 2003, p.223-229.

⁹ Segundo Rossi (2005), essa tendência de “internacionalização da cidade”, tem sido observada na execução de várias obras projetadas por grandes nomes da arquitetura mundial: Renzo Piano (Auditório); Odile Decq (ampliação da sede do MACRO, Museu de Arte Contemporânea), Zaha Hadid (Museu de Arte do Século XXI), Richard Meier (Museu Ara Pacis), bem como na previsão de futuros projetos de Massimiliano Fuksas, Santiago Calatrava, Juan Navarro Baldeweg, Vittorio Gregotti, entre outros.

¹⁰ Para imagens do projeto, consultar o site do *Office for Metropolitan Architecture*: <http://www.oma.eu>

restauro, como se as novas construções a serem inseridas em um patrimônio urbano pudessem ser projetadas a despeito do preexistente, da “parte histórica”, cujo tratamento caberia a outros profissionais.

A definição do procedimento jurídico que conduziria a intervenção também foi outro ponto polêmico. Logo após os estudos preliminares, decidiu-se por confiar todo o projeto, execução e gestão à iniciativa privada. Foi adotado o procedimento denominado *project financing*: a execução do empreendimento é confiada à iniciativa privada que receberá a concessão de uso dos espaços e responderá pela sua gestão e exploração econômica por um prazo de no máximo sessenta anos. O papel da administração pública restringe-se às intervenções nos espaços públicos e à determinação de certos parâmetros iniciais do projeto, como a previsão de alguns serviços para a população local e a exigência de conservação dos bens legalmente protegidos. O mecanismo tem sido considerado inadequado para intervenções no patrimônio urbano, pois a integração entre tutela e projeto de transformação inevitavelmente fica comprometida quando o próprio instrumento jurídico que viabiliza o empreendimento pressupõe a geração de lucro como prioridade.

Uma das principais críticas apontadas por estudiosos no projeto de requalificação dos Mercados Gerais é a recorrência a projetos arquitetônicos de grande visibilidade que priorizam a “nova imagem” em detrimento das preexistências históricas. Nessa asserção, a intervenção sobre as áreas industriais desativadas é vista como uma oportunidade para grandes empreendimentos, ocasião em que as novas arquiteturas assumem a prioridade.

Outro exemplo de intervenção em sítios industriais de interesse cultural em território italiano é o projeto de recuperação dos sítios industriais desativados na periferia de Nápoles¹¹. O projeto, a exemplo do que se observa em Roma, também tem sido encarado como uma oportunidade para alçar Nápoles ao cenário internacional, colocando-a “em competição com as grandes metrópoles do mundo no circuito do turismo e dos intercâmbios internacionais” (GIANNÌ, 1995).¹²

¹¹ Para aprofundamentos sobre o projeto para o Parque Urbano de Bagnoli, consultar RUFINONI, 2010.

¹² Sobre outros projetos de revitalização em áreas industriais napolitanas, ver: RUSSO, 2007.

A área objeto de intervenção é constituída pela planície de Coroglio, no bairro Bagnoli, quase toda ocupada pelas antigas estruturas industriais da siderúrgica Ilva-Italsider e da Eternit, antiga fábrica de produtos de cimento amianto. A área compreende cerca de 4,7 km² entre o Golfo de Pozzuoli e a Colina de Posillipo, em uma bela região litorânea. Um dos setores industriais de maior representatividade em Bagnoli, a siderurgia, instalou-se no bairro em 1910 com a implantação da Ilva, mais tarde denominada Ilva-Italsider, cujas instalações compreendiam todo o ciclo de produção do aço¹³. A indústria foi definitivamente fechada entre 1989 e 1991. Entre 1991 e 1994 iniciou-se a desmontagem de algumas instalações da fábrica. As outras atividades industriais da região também entraram em decadência na mesma época (STANGHERLIN, 2000: 22-29).

Em 1994, foi elaborado um plano para a recuperação ambiental das áreas desocupadas de Bagnoli, por iniciativa da CIPE (*Comitato Interministeriale Programmazione Economica*). O plano determinou a desmontagem das indústrias Ilva-Italsider e Eternit e a despoluição dos terrenos. As operações foram também previstas no Plano Diretor de Nápoles, em revisão de 1994. Em síntese, o plano de recuperação objetivava “a formação de um vasto território de baixa densidade construtiva onde atividades produtivas ligadas à pesquisa se integra[r]iam com atividades para o turismo, o tempo livre, a cultura” (STANGHERLIN, 2000). A área deverá ser paulatinamente transformada com a construção de um grande parque entre a Colina e a praia, com a previsão da recuperação das áreas de areia para atividades de balneário, a criação de um porto turístico, bem como novas edificações para residência e atividades terciárias. As diretrizes para condução dessas transformações foram reunidas no Plano Urbanístico Executivo de Coroglio-Bagnoli, aprovado em 2005 (COMUNE DI NAPOLI, 2000-2003).

A desocupação da área para dar espaço aos novos usos iniciou-se em 1999, quando começaram a ser demolidos alguns equipamentos da siderúrgica e iniciaram-se os procedimentos técnicos para despoluição dos terrenos. Nem todos os testemunhos industriais foram demolidos. Foram selecionadas 16 estruturas, classificadas como de particular interesse arqueológico e/ou arquitetônico, que deverão ser preservadas e reintegradas às novas funções. Na seleção, procurou-se observar, “além dos

¹³ Sobre a história da industrialização e desindustrialização de Nápoles e análise dos planos diretores em diferentes momentos, consultar: CARDILLO, 2006.

peculiares valores de caráter arquitetônico e tecnológico dos edifícios e artefatos presentes na área, também, e sobretudo, o atendimento do principal objetivo, presente no Plano Diretor, de formação de um parque urbano sobre grande parte da antiga área industrial”; que “além de representar o sinal tangível da requalificação”, permitiria também “conservar o testemunho histórico do passado industrial da região” (STANGHERLIN, 2000: 26-27). Desse modo, procurou-se atentar para os artefatos que pudessem testemunhar o ciclo produtivo do aço com intuito de promover um percurso didático. Buscou-se, ainda, definir previamente quais artefatos seriam preservados como equipamentos públicos do parque e quais seriam confiados à iniciativa privada.

Um dos problemas do projeto de revitalização, apontado por Iaccarino (2005), é a forma como as novas funções têm sido inseridas no bairro, sem buscar dialogar com as atividades já existentes, gerando prejuízos para a população local que gradativamente tem se afastado da área com a chegada dos grandes investimentos e o aumento dos preços dos imóveis.

As intervenções ainda estão em fase de implantação e precisaríamos acompanhar o andamento do processo para desenvolver análises mais criteriosas. Em 2002 foi criada a Bagnoli Futura, Sociedade de Transformação Urbana (STU)¹⁴ com a participação de diferentes esferas da administração pública (comune, região e província), que deverão atuar conjuntamente na execução das intervenções previstas pelo Plano Urbanístico Executivo Bagnoli-Coroglio. O modelo de execução e gestão, portanto, segue critérios diferentes daqueles propostos para a recuperação dos Mercados Gerais de Roma, onde a iniciativa privada lidera a condução dos objetivos do empreendimento.

O projeto do Parque Urbano de Bagnoli, vencedor de concurso, foi desenvolvido pelo escritório italiano Insula Architettura e Engenharia, com equipe coordenada pelo

¹⁴ A criação das Sociedades de Transformação Urbana (*Società di Trasformazione Urbana* – STU) foi definida em lei de 1997 e disciplinada em 2000. Trata-se de um instrumento à disposição das administrações locais com o intuito de viabilizar a realização de intervenções em áreas urbanas consolidadas, previstas em planos urbanos vigentes. Depois de adquirir a área, cabe à STU a função de organizar as atividades de projeto, construção, gestão e comercialização das áreas construídas. No desenvolvimento de atividades de projeto e execução, a STU pode operar de duas formas: recorrendo ao seu próprio pessoal interno ou buscando a colaboração externa.

arquiteto Francesco Cellini¹⁵. Segundo a descrição textual do projeto, buscou-se valorizar as estruturas industriais e evidenciar alguns traços dos antigos percursos produtivos. O grande edifício da aciaria e outras grandes estruturas atuam como um “pontos de força” na configuração do parque. Dessa forma, não foram propostas novas obras grandiosas ou espetaculares; a grandiosidade coube aos imponentes remanescentes industriais que permanecem como personagens principais na configuração da paisagem.

As propostas para Bagnoli nos remetem às operações realizadas na Alemanha entre os anos 1980 e 1990 num extenso perímetro que reúne vários sítios industriais, sobretudo vinculados à produção de carvão e à metalurgia, na região NordRhein-Westfalen. Trata-se da região do Emscher Park, no vale do rio Ruhr. As atividades industriais no vale entraram em declínio nos anos 1980, gerando diversos problemas econômicos, sociais e ambientais na região industrial e arredores. A partir de então, iniciou-se a busca por alternativas para a revitalização do local e, em 1989, foi criado o grupo *Internationale Bauausstellung Emscher Park* que iniciou os programas para a instalação de um parque, abrangendo uma área de aproximadamente 800km².

As intervenções para criação do parque contaram com detalhada programação e a execução dos diversos projetos elaborados se estendeu por dez anos¹⁶. Tratou-se de um projeto amplo, integrado, pensado previamente para se desenvolver num prazo longo e que envolveu a participação de várias esferas da administração pública, contando ainda com recursos da União Europeia. Além do planejamento dos objetivos gerais a serem atingidos, foram desenvolvidos mais de cem projetos específicos que abarcaram não somente intervenções nos edifícios industriais desativados, mas também projetos urbanos e paisagísticos (incluindo trilhas para caminhada e ciclovias), projetos para exploração de fontes de energia alternativa, despoluição do local e do rio Emscher, instalação de infraestrutura, recomposição das matas ciliares, construções residenciais e centros de pesquisa. Em síntese, uma série de intervenções integradas que buscaram recuperar a paisagem construída e natural. Os edifícios industriais foram adaptados para novos usos, sobretudo culturais, e algumas estruturas e equipamentos foram incorporados ao parque de modo criativo: um gasômetro foi convertido em espaços para exposições, um tanque de gás

¹⁵ Para imagens do projeto, consultar o site do escritório *Insula Architettura e Ingegneria*: <http://www.insulainrete.it>

¹⁶ Para maiores informações e imagens, consultar o site do Grupo IBA: <http://www.iba.nrw.de/>

transformado em tanque para mergulho, antigas siderúrgicas abrigaram teatros, antigas fornalhas foram adaptadas como local para escaladas. A intervenção para a criação do parque foi pensada como um todo e procurou-se determinar os projetos pontuais a partir de uma coordenação prévia e de longa duração. Dessa forma, a análise dos artefatos industriais, considerados individualmente e em conjunto, permitiu a visualização de relações e articulações mais complexas, abarcando o espaço circundante, os bairros envolvidos e a própria cidade; um entendimento das relações entre as realidades que compunham aquele espaço (relações econômicas, políticas, sociais, urbanas) que permitiu fornecer as bases para um consistente plano de conjunto¹⁷. Neste projeto, interessa-nos destacar que se tratava de uma área onde a questão da degradação abarcava não somente edifícios industriais obsoletos, mas toda uma realidade urbana envoltória e de grandes dimensões. Situação que nos remete, indubitavelmente, à abordagem do problema de forma ampla, articulada e integrada ao planejamento urbano e regional, conduzindo à soluções complexas e de longa duração.

Em escala menor, o projeto High Line, situado nos bairros a oeste de Manhattan, em Nova Iorque, Estados Unidos, também buscou explorar a dimensão paisagística e ambiental na reabilitação de uma antiga estrutura industrial. O metrô de superfície construído na década de 1930 e abandonado desde a década de 1980 tem sido recuperado a partir da iniciativa de um grupo de moradores das imediações que, em 1999, criaram a associação *Friends of the HighLine*, com o objetivo de revitalizar as estruturas abandonadas e transformá-las em espaço público (TAGLIAFERRI, 2006). Contando com o apoio da administração municipal, em 2002 foi realizado um concurso de projetos de arquitetura para recuperar e reintegrar a extensa estrutura à dinâmica urbana atual. O projeto vencedor, de autoria do escritório Diller Scofidio + Renfro, baseou-se na assimilação entre urbanismo e ecologia. Foi proposto um parque elevado que explorou a presença da vegetação que se alastrou pelas estruturas ao longo dos anos de abandono, reorganizando a paisagem ao longo de 2km de extensão. Uma particularidade interessante deste projeto foi a participação ativa da população local na busca por soluções de revitalização que atentassem para a carga

¹⁷ A bibliografia sobre as intervenções realizadas no Vale do Ruhr é extensa. Neste breve comentário, buscamos informações em: KÜHL, 2009: 136-138; KANIA, 1999-2000: 25-30. Sugerimos ainda os artigos dos seguintes autores, para aprofundamentos: Corlay, Lambrecht, Ganser, Grohé, Minucci, Scognamiglio e Curreri, referências bibliográficas completas no final deste texto.

simbólica das estruturas remanescentes, de modo a incorporá-las adequadamente à vida cotidiana¹⁸.

Finalmente, lançamos a discussão para o panorama brasileiro. As dificuldades envolvidas no tratamento do patrimônio urbano industrial têm sido observadas na proposição de operações urbanas em diversos trechos de orla ferroviária na cidade de São Paulo, áreas historicamente ocupadas por atividades industriais (RUFINONI, 2009: 253-292).

Nessas parcelas urbanas hoje subutilizadas, a municipalidade pretende promover transformações revitalizadoras com o intuito de dinamizar os bairros atingidos e criar instrumentos de valorização, objetivo central das chamadas operações urbanas consorciadas¹⁹, instrumento previsto em lei federal e cujas áreas a serem trabalhadas na cidade de São Paulo foram demarcadas pelo Plano Diretor Estratégico de 2002 (PDE). Dentre os perímetros delimitados pelo PDE como manchas estratégicas para a realização de futuros projetos, destacam-se as Operações Urbanas Diagonal Sul (OUDS) e Diagonal Norte (OUDN), localizadas ao longo da antiga ferrovia Santos-Jundiaí²⁰ desde a divisa com a cidade de São Caetano do Sul até as proximidades do trecho oeste do rodoanel, um longo percurso que atravessa vários bairros historicamente caracterizados pela atividade industrial. Recentemente a Prefeitura Municipal de São Paulo redefiniu os perímetros inicialmente propostos neste eixo e criou as Operações Urbanas Mooca-Vila Carioca e Lapa-Brás²¹.

O Plano Diretor Estratégico de 2002 (PDE), votado em 2004, demarcou o perímetro da Diagonal Sul como área de potencial interesse para o desenvolvimento de futura operação urbana, e propôs algumas medidas de preservação em sua redação final.

¹⁸ Para imagens do projeto, consultar o sítio: <http://www.thehighline.org/>

¹⁹ BRASIL, 2001. Estatuto da Cidade. Seção X, art. 32, §1º. “Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental”. Grifo nosso.

²⁰ Eixo ferroviário que atualmente compreende a Linha 10 – Turquesa (trecho Rio Grande da Serra-Luz) e Linha 7 – Rubi (trecho Luz-Jundiaí) da CPTM, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos.

²¹ Em 2010 a PMSP criou as Operações Urbanas Consorciadas Mooca-Vila Carioca (que abarca parte da antiga Diagonal Sul) e Lapa-Brás (que abarca trechos das operações Diagonal Norte, Diagonal Sul e Centro, e incorpora a totalidade da operação Água Branca). Consultar os mapas anexos aos volumes: SÃO PAULO, 2010a; SÃO PAULO, 2010b.

Nesse sentido, cabe destacar a atribuição de um zoneamento específico para algumas áreas apontadas como de interesse para preservação, as Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC), indicação que contou com a participação popular; ou ainda a utilização do chamado direito de preempção, instrumento urbanístico que concede ao poder público a prioridade de compra de um terreno no momento em que estiver à venda, recurso geralmente aplicado em parcelas estratégicas para futuros projetos de requalificação. Apesar dessas medidas, a grande extensão dessas áreas e o interesse do mercado imobiliário em promover novas construções, dificultam sobremaneira a efetivação de um programa a longo prazo que permita o desenvolvimento de estudos detalhados e que conduza coerentemente quaisquer medidas de preservação e de intervenção.

Um possível caminho para sugerir novos moldes de tutela e intervenção poderia se configurar, nesse sentido, a partir dos instrumentos urbanísticos a serem propostos pela operação urbana²². Sejam quais forem as medidas adotadas, no entanto, cumpre salientar que um criterioso projeto urbano em áreas dessa natureza deverá ser acompanhado de estudos prévios pormenorizados e de um rigoroso planejamento das etapas de intervenção e dos sucessivos projetos complementares, tendo-se em vista um quadro integrado de realizações a serem alcançadas e evitando, assim, o efeito de “colcha de retalhos” ou a livre ação da especulação imobiliária. Com a incidência de diretrizes criteriosas de desenvolvimento, advindas de uma operação urbana que considerasse a valorização do patrimônio urbano cultural, poderíamos redirecionar o atual cenário de transformações para intervenções menos destrutivas do que aquelas promovidas pela livre especulação, como vem acontecendo no perímetro da OUDS.

Em 2010 a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) reativou as operações urbanas, redefinindo os traçados originais e lançando as diretrizes para contratação dos estudos urbanísticos e complementares que deverão subsidiar e elaboração, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), dos projetos de lei específicos para cada operação. Nas diretrizes voltadas à Operação Urbana Mooca-Vila Carioca, novo perímetro que abarca grande parte da antiga OUDS, a questão do patrimônio local é citada em algumas passagens. Sugere-se que os estudos e

²² Para cada operação urbana consorciada uma Lei específica é redigida. Para a Diagonal Sul, desmembrada em Operação Urbana Lapa-Brás e Operação Urbana Mooca-Vila Carioca, os termos de referência para contratação dos estudos urbanísticos necessários para a elaboração do projeto de lei foram lançados no final de 2010, quando foram redefinidos os perímetros iniciais.

modelos de transformação urbana a serem propostos atentem para as características singulares da região, como o padrão fundiário, o patrimônio histórico e a memória industrial. A presença de edificações e sítios históricos é citada como um potencial a ser explorado a partir da preservação de exemplares significativos articulada à renovação de usos. No entanto, o texto sugere um entendimento ainda restrito acerca das especificidades dessa extensa área. Em diversas passagens a alusão ao patrimônio histórico sugere a preservação e valorização apenas dos exemplares já protegidos pelos órgãos de preservação, ou seja, já “selecionados”, lançando o vasto acervo arquitetônico e urbano ainda não inventariado, para segundo plano. A realização de um estudo prévio amplo e pormenorizado de todo o conjunto urbano existente – inclusive identificando e inventariando edifícios, conjuntos e sítios de interesse para preservação –, como subsídio imprescindível para a elaboração de quaisquer propostas, não figura dentre os objetivos e diretrizes das operações urbanas nesta recente reproposição (SÃO PAULO, 2010b: 19-23). De modo geral, o documento entende as áreas abarcadas pela OUDS como grandes reservas de terreno urbano ocioso, aptas ao adensamento e ao redesenho físico e funcional.

O primeiro passo para qualquer operação nesta área – assim como em quaisquer áreas urbanas de interesse cultural – , deve ser a elaboração de estudos detalhados sobre o perímetro considerado e pesquisas aprofundadas sobre seu processo de urbanização, sobre as edificações existentes, suas características construtivas formais e técnicas, acompanhadas de estudos multidisciplinares que permitam a apreensão das diversas e complexas relações materiais e imateriais que definem essa paisagem. A realização de estudos pormenorizados permite que apreendamos com clareza os elementos que definem cada paisagem, quais os edifícios e conjuntos que devem ser efetivamente preservados e de que maneira. Conhecimento prévio, portanto, imprescindível para a proposição e execução de quaisquer projetos de revitalização.

Considerações finais

Do exposto, podemos afirmar que o distanciamento entre as diretrizes da preservação – acordadas ao longo de décadas de debates e consubstanciadas em documentos

internacionais, como a Carta de Veneza e a Declaração de Amsterdã²³ –, e a prática corrente no tratamento do patrimônio urbano, assume proporções ainda maiores quando os sítios em pauta são de origem industrial. As dificuldades relacionadas com a valorização desses artefatos, a incompreensão de suas especificidades, ou ainda as fortes pressões especulativas de diferentes naturezas, são alguns dos principais obstáculos para a condução de projetos criteriosos.

A partir das análises desenvolvidas, observamos que a intervenção no patrimônio urbano industrial requer uma compreensão apurada das especificidades dos artefatos envolvidos em diferentes escalas: as particularidades compositivas de cada edifício ou equipamento, suas relações com o sítio onde está inserido e as relações desse sítio com o bairro circundante e a própria cidade. O tratamento de áreas industriais identificadas como de interesse para preservação necessariamente precisa ser pensado a partir de uma escala mais ampla, buscando o diálogo entre as diretrizes de planejamento urbano e as prerrogativas da preservação e do restauro.

Bibliografia:

ARCHIBUGI, F. Il nuovo Piano regolatore di Roma (2001): un piano senza strategia. In: *Rome: a new planning strategy*. London, New York: Routledge, 2005.

BRASIL. Lei n. 10257, de 10/07/2001. Estatuto da Cidade. Seção X, art. 32, §1º.

CAMPITELLI, A. and TOLOMEO, M. G. Servizi generali e industrie private sulla via Ostiense. In: *Architettura e urbanistica: uso e trasformazione della città storica*. Venezia: Marsilio, 1984.

CANCIANI, Marco (Org.). *Piano di assetto per l'attuazione del progetto urbano Ostiense-Marconi*. Roma: Kappa, 2004.

CARBONE, Antonella and SEBASTIANI, Renato. The Historical Heritage Map of the Ostiense Marconi Urban Project. In: *2004 ESRI International User Conference*. San Diego, 2004.

²³ Para análises sobre o papel das prerrogativas acordadas em documentos internacionais frente às intervenções em sítios urbanos industriais, consultar RUFINONI, 2009.

- CARDILLO, Enrico. *Napoli: l'occasione post-industriale. Da Nitti al piano strategico*. Napoli: Guida, 2006.
- Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- COMUNE DI NAPOLI. *Piano Esecutivo Urbanistico di Coroglio-Bagnoli (PUE)*. Napoli: Comune di Napoli, 2000-2003.
- COMUNE DI ROMA. *Norme tecniche di attuazione: delibera di adozione del Consiglio Comunale n.33 del 19/20 marzo 2003*. Roma: Comune di Roma, 2003.
- COMUNE DI ROMA. *Compendio delle norme tecniche di attuazione del PRG vigente: aggiornate al 31.03.2005*. Roma: Comune di Roma, 2005.
- CORLAY, Lysian et LAMBRECHT, Maren. Un exemple dans la Ruhr: l'IBA Emscher Park. *Patrimoine Industriel*, n.31.
- CUPELLONI, Luciano (Org.). *Il Mattatoio di Testaccio a Roma*. Roma: Gangemi, 2001.
- Fabbriche della conoscenza: Roma Tre nel territorio e nella riqualificazione dell'area Ostiense*. Roma: Università degli Studi Roma Tre, 2001.
- GANSER, Karl; KRAU, Ingrid e NOELBEL, Walter A. Una IBA a scala territoriale nella Ruhr. *Casabella*, anno LIII, n.563, pp. 50-60, dicembre 1989.
- GIANNÌ, Roberto. Il centro storico e le aree ex industriali. *Spazio & Società*, anno XVIII, n.69, 1995.
- GROHÉ, Tomas. L'exposition internationale d'architecture de L'Emscher Park: un projet ecologique pour la reconversion de la Ruhr. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n.52, 1991-1992.
- IACCARINO, Lucio. Ancora il caso Bagnoli: dalla pianificazione urbanistica ai paradossi istituzionali. *Urbanistica Informazioni*, anno XXXII, n.109, 2005, p.86.
- KANIA, Hans. Zollverein XII, Zollverein Colliery and a 13 km² Neighbouring Area Preserving a Large Scale Area inside the Ruhrgebiet. *Patrimoine de l'industrie*, n. 1, 1999-2000.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo*. São Paulo: Ateliê, Fapesp, Secretaria da Cultura, 1998.

_____. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

MINUCCI, Fabio. *Le regione industrializzate tra declino e innovazione. Il caso della Ruhr in un contesto europeo*. Milano: Franco Angeli, 1996.

MUSSO, Umberto. Roma. Il riuso del complesso degli ex Mercati Generali. In: DRAGOTTO, M. e GARGIULO, C. (Org.). *Aree dismesse e città: esperienze di metodo, effetti di qualità*. Milano: Franco Angeli, 2003.

NERI, Maria Luisa. Sviluppo produttivo ed espansione urbana. *Roma Moderna e Contemporânea*, anno VIII, n.1/2, 2000.

RACHELI, Alberto M. Il quartiere Ostiense-Marconi nel nuovo Piano Regolare. *Roma Moderna e Contemporânea*, anno XII, n.1/2, 2004.

_____. Conservare innovando o progettare distruggendo? *Roma Moderna e Contemporânea*, anno VIII, n.1/2, 2000.

ROMEO, Ippolita. La centrale termoelettrica Montemartini. *Patrimoine de l'industrie*, n. 6, 2001.

ROSSI, Fabio. Il futuro di Roma nel segno dei grandi architetti. *Il Messaggero*. Roma, 03 ago. 2005.

RUFINONI, M. R. *Preservação e restauro urbano*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2009.

_____. Valorização e musealização da paisagem industrial napolitana: o Parque Urbano de Bagnoli. *Arq.Urb*, v. 03, p. 72-86, 2010.

RUSSO, Michelangelo. Napoli: scenari futuri. La difficile condivisione. *Il Giornale dell'Architettura*, n.47, gennaio 2007, p.5.

SÃO PAULO (Cidade). Lei no. 13430, de 13 de setembro de 2002. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

_____. *Operação Urbana Consorciada Lapa-Brás*: Termo de Referência para contratação de empresa ou consórcio de empresas para elaboração de estudos urbanísticos e estudos complementares de subsídio à formulação do projeto de lei da Operação Urbana Consorciada. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, 2010a.

_____. *Operação Urbana Consorciada Mooca-Vila Carioca*: Termo de Referência para contratação de empresa ou consórcio de empresas para elaboração de estudos urbanísticos e estudos complementares de subsídio à formulação do projeto de lei da Operação Urbana Consorciada. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, 2010b.

SCOGNAMIGLIO, Marina. Due interventi di trasformazione nella Ruhr. *L'Industria delle Costruzioni*, anno XXXVII, n.373, 2003.

STANGHERLIN, Bernardino. L'ex area industriale di Bagnoli: la bonifica degli impianti dismessi e il piano di risanamento ambientale. *Recuperare l'edilizia*, anno 3, n.13, 2000.

STORELLI, Grazia. Museo in doppia esposizione, l'ex-centrale elettrica Montemartini. *Recupero e Conservazione*, n. 38, 2001.

TAGLIAFERRI, Mariarosaria (Org.). *Reconverting Spaces*. Savigliano: Gribaudo, 2006.